



A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO E A PROPAGAÇÃO DA CULTURA AFRICANA PELAS “MÃOS” DAS MULHERES NOS QUILOMBOS DO BRASIL COLONIAL

Léslie Amanda da Silva ¹

Gislaine Aparecida Valadares de Godoy ²

Célio Juvenal Costa ³

RESUMO

O presente texto apresenta resultados parciais de uma pesquisa de doutoramento em curso pelo Programa de Pós Graduação em Educação/PPE da Universidade Estadual de Maringá-UEM. O estudo busca analisar o papel das mulheres quilombolas na resistência à escravidão e na construção das comunidades quilombolas no Brasil colonial, afim de compreender como seus saberes e práticas contribuíram para a formação do pensamento nos quilombos, especialmente no que tange à educação, à preservação cultural e à transmissão de conhecimentos ancestrais. Nossa hipótese é que as quilombolas desempenharam papéis essenciais na estruturação da vida cotidiana dos quilombos, atuando na economia, na cura, na organização política e na preservação da cultura. Teriam contribuído para a construção de um pensamento coletivo voltado à resistência e à autonomia. No entanto, o que se observa nas leituras e discussões realizadas por escritoras, como bell hooks (2023), é a ausência dessas figuras na historiografia, que reflete o quanto o sexismo é tão forte quanto o racismo. Fato esse, que de acordo Lélia Gonzalez (1984), resultou na desvalorização da atuação das mulheres negras na história. Essa marginalização contribuiu para a construção de narrativas que ora as apagam, ora as mitificam, como no caso de Dandara dos Palmares e tantas outras mulheres, que desempenharam papéis centrais nos quilombos (ARRAES, 2017). Todavia, a investigação tem evidenciado, que as mulheres quilombolas não ficaram a margem da resistência e da luta, ao contrário, protagonizaram, ao lado dos homens, ações que mantiveram a cultura de seu povo viva e, difundindo-se para os ‘resistentes’ e para as novas gerações. Para dar conta do proposto, adotou-se como aporte teórico os fundamentos da Escola dos Annales (2010), que propõe uma abordagem historiográfica ampla e interdisciplinar, valorizando os processos sociais e culturais ao longo do tempo.

Palavras-chave: Cultura Africana, Formação do Pensamento, Mulheres, Quilombos, Resistência.

¹Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/ PPE da Universidade Estadual de Maringá/UEM; Professora Assistente do Departamento de Pedagogia/DPD da Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional de Cianorte; Coordenadora Adjunta do Laboratório de Estudos Feministas e Violência de Gênero/LEFEVGE vinculado ao Departamento de Pedagogia/DPD/UEM. Email: lasilva2@uem.br .;

²Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/ PPE da Universidade Estadual de Maringá/UEM; Professora Adjunta do Departamento de Pedagogia/DPD da Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional de Cianorte; Coordenadora do Laboratório de Estudos Feministas e Violência de Gênero/LEFEVGE vinculado ao Departamento de Pedagogia/DPD/UEM. E-mail: gavgodoy@uem.br;

³Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (2004); Professor da Universidade Estadual de Maringá- UEM; Líder do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP) da Universidade Estadual de Maringá-UEM.



INTRODUÇÃO

No século XVII, o Brasil colonial era marcado pela expansão da economia açucareira, que se tornou uma das principais atividades econômicas da colônia. O sistema escravista desempenhava um papel crucial nesse cenário, fornecendo a mão de obra necessária para as plantações de cana-de-açúcar.

A chegada dos portugueses ao Brasil em 1500 desencadeou a exploração inicial dos povos indígenas, mas devido à resistência e às doenças introduzidas pelos colonizadores, a atenção voltou-se cada vez mais para a utilização de africanos como escravizados. Segundo Silva,

Os primeiros escravos foram trazidos a força para a colônia com o fim de realizar atividades específicas, como a mão-de-obra especializada. É apenas quando o tráfico negreiro se estabelece como uma atividade lucrativa, que o contingente migratório se ampliou. Os escravos eram responsáveis pelas mais diversas atividades, tanto no meio urbano, quanto no meio rural (SILVA, 2018, p. 2-3).

Nesse cenário de violência e desumanização, as plantações de cana-de-açúcar exigiam um grande número de trabalhadores, e o sistema escravista tornou-se a espinha dorsal da economia colonial. Contudo, para além da exploração econômica, a escravidão impôs condições de vida brutais, a desagregação de vínculos familiares e a tentativa sistemática de apagamento das identidades e culturas africanas.

É nesse contexto de opressão que emerge a figura da mulher negra escravizada, submetida a uma dupla violência: a exploração laboral nos engenhos e a dominação sobre seus corpos, frequentemente objetificados e violentados pela elite branca colonizadora. Enquanto isso, as mulheres brancas desfrutavam dos privilégios inerentes à sua condição racial e econômica, conforme salienta Silva (2018, p. 7), ao afirmar que estas usufruíam “dos privilégios coloniais, por conta das condições econômicas e pela “raça” que pertenciam. Essa cisão racial e de gênero, como bem analisa Gonzalez (1984), estrutura uma hierarquia social na qual a mulher negra ocupa a base, tornando-se sujeito fundamental, porém invisibilizado, na formação histórica do Brasil.

Diante desse apagamento historiográfico, o presente artigo busca analisar o papel das mulheres quilombolas na resistência à escravidão e na construção das comunidades quilombolas durante o período colonial, com o intuito de compreender como seus saberes, práticas e ações contribuíram para a formação de um pensamento



coletivo orientado pela resistência cultural e pela busca por autonomia. Parte-se da hipótese de que essas mulheres desempenharam funções essenciais na estruturação da vida cotidiana dos quilombos, atuando não apenas na esfera econômica, mas também nos campos da saúde, da organização política e, sobretudo, na preservação e transmissão de conhecimentos ancestrais.

O referencial teórico que fundamenta esta investigação ancorou-se em três eixos principais. No primeiro eixo, os estudos interseccional de gênero e raça foram fundamentais, com Lélia Gonzalez (1984) argumentando que,

A mulher negra constitui o elo mais forte da cadeia opressiva no Brasil, sendo simultaneamente racializada e sexualizada numa sociedade que estrutura suas hierarquias a partir do binômio raça-classe. Sua invisibilidade na historiografia não é acidental, mas produto de uma violência epistêmica que apaga suas contribuições para a formação social brasileira (GONZALEZ, 1984, p. 18).

bell hooks (2023) complementou esta perspectiva ao discutir a educação como prática de liberdade, afirmando que,

A educação libertadora não ocorre nas salas de aula formais, mas nos espaços de resistência onde o ato de ensinar se torna gesto político. Para as mulheres negras, educar sempre foi um ato de coragem, uma maneira de preservar a memória e construir futuros possíveis além da escravidão (HOOKS, 2023, p. 89).

No campo da historiografia crítica, Gomes (2015) demonstrou que a organização social quilombola desafiou as estruturas patriarcais vigentes, destacando que as mulheres exerciam funções decisórias e de liderança que subverteram o modelo escravocrata. Farias (2021) destacou nesse cenário, o papel das mulheres na preservação dos saberes, observando que os conhecimentos tradicionais foram fundamentais para a resistência cultural, pois,

Os conhecimentos sobre agricultura, medicina tradicional e práticas culturais foram mantidos e adaptados pelas mulheres africanas na diáspora, constituindo estratégias de sobrevivência física e cultural que garantiram a continuidade das comunidades quilombolas (FARIAS, 2021, p. 112).

No terceiro eixo, os fundamentos da Escola dos Annales forneceram o arcabouço metodológico, com Burke (1997) explicando que esta abordagem permitiu uma compreensão mais abrangente dos processos históricos, uma vez que as dimensões sociais, econômicas e culturais, são analisados, valorizando as experiências dos grupos



subalternizados, e que são frequentemente silenciados pela historiografia tradicional (BURKE, 1997, p. 45).

Para conduzir esta investigação, optou-se por uma pesquisa bibliográfica documental, com aportes teóricos metodológicos baseados nos fundamentos da Escola de Annales – corrente historiográfica que, segundo Burke (2010), privilegia uma abordagem interdisciplinar e uma história problematizadora, focada nas estruturas sociais e nos processos culturais de longa duração. Tal perspectiva permite transcender as narrativas tradicionais, centradas em grandes eventos e figuras masculinas, e recuperar as experiências e agências históricas dessas mulheres.

A relevância deste estudo reside não apenas no preenchimento de uma lacuna historiográfica, mas também na possibilidade de fomentar reflexões no campo educacional, especialmente no que tange à implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornaram obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Compreender a atuação das mulheres quilombolas como educadoras e guardiãs da cultura africana significa, portanto, oferecer subsídios para uma educação antirracista e decolonial.

Além desta introdução, o artigo estrutura-se em mais três seções: Metodologia, que detalha os procedimentos de pesquisa adotados; Resultados e Discussão, onde se apresentam e analisam as evidências encontradas; e Considerações Finais, que sintetizam as conclusões do estudo e apontam para desdobramentos futuros.

METODOLOGIA

Para realizar o processo de investigação da temática proposta para essa pesquisa, pretende-se utilizar o referencial teórico metodológico da Escola de Annales, pois segundo Godoy (2018, p.30) “[...] este apresenta a possibilidade de rejeitar as ‘verdades’ dos documentos oferecidos pelas fontes e nos permite questionar, desafiar e provocar as fontes [...]”.

A escola de Annales, foi fundada por Marc Bloche e Lucien Febvre na década de 1920, representa uma abordagem historiográfica que busca uma história total, integrando fatores sociais e políticos. De acordo com Burke (1997, p. 38) essa vertente teórica de análise, busca “um novo tipo de história”, que retrata a interdisciplinaridade, valoriza o estudo de períodos temporais e o processo de transformação, além de abordar aspectos da sociedade como, as experiências cotidianas, culturais e sociais de pessoas



comuns, não apenas enfatizando elites e eventos políticos. Também, ainda conforme o autor, problematiza e questiona fontes históricas, considerando as múltiplas perspectivas de estudo, como é pontuado por Godoy (2018, p. 33) que “[...], a defesa da interdisciplinaridade e a utilização de outras fontes que não unicamente a escrita, permite que a voz das mulheres sobre o passado seja ouvida”.

Ao aplicar esse método de investigação para a análise do papel das mulheres quilombolas, consideraram-se os fatores sociais, econômicos e culturais de sua época (século XVII), examinando as representações da mulher em diferentes fontes, destacando a diversidade de perspectivas teóricas e como as mudanças historiográficas refletem na formação e construção do pensamento e representatividade de outras mulheres negras. Como afirma Costa (2002, p. 52), “[...] o ponto de partida é este: nossas escolhas de pesquisa são éticas, são sempre de algum modo políticas”. Com essa premissa, descrevemos os caminhos metodológicos propostos para a realização desse estudo bibliográfico documental. Segundo Silva (2022, p. 66), “A pesquisa bibliográfica documental é aquela desenvolvida com base em material já elaborado, publicado, constituído principalmente de livros, teses, dissertações e artigos científicos”.

Portanto, para a construção da pesquisa, realizou-se inicialmente levantamento bibliográfico utilizando bases de dados acadêmicos e bibliotecas, identificando obras relevantes que abordam a atuação das mulheres quilombolas, sua influência na preservação cultural e na formação de um pensamento coletivo de resistência. Após a seleção de fontes, procedeu-se à análise dos conteúdos e à contextualização histórica e cultural, considerando como as obras retratam os saberes e as estratégias de resistência empregadas por essas mulheres.

Desse modo, baseado nos fundamentos da Escola de Annales, pretende-se fazer comparação de abordagens, ou seja, comparar e dialogando com as diferentes vertentes teóricas que retratam a mulher no período colonial, enfatizando seu papel ativo nos quilombos. A análise buscou compreender seu papel enquanto agentes fundamentais na construção da representatividade da mulher negra e na transmissão de uma educação pautada na resistência e na cultura ancestral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das fontes e do referencial teórico consultado revelou que as mulheres quilombolas desempenharam um papel multifacetado e essencial na formação do



pensamento coletivo de resistência nos quilombos do Brasil colonial. Suas atuações transcenderam a visão tradicional que as restringia a funções domésticas ou coadjuvantes, mostrando-se, na verdade, centrais na construção de uma pedagogia da liberdade. Como bem assinalou Gonzalez (1984), a desvalorização da atuação das mulheres negras na história foi um processo sistemático que refletiu a força conjunta do sexismo e do racismo. Contudo, a investigação evidenciou que, longe de permanecerem à margem, essas mulheres protagonizaram ações fundamentais da vida e da cultura em seus territórios de liberdade.

Segundo Dealdina (2021) nos quilombos as mulheres negras foram e continuam sendo as guardiãs das tradições da cultura afro-brasileira, do sagrado, do cuidado, em suas palavras:

Nos quilombos, os valores culturais, sociais, educacionais e políticos são transmitidos às e aos mais jovens pela oralidade. A mulher quilombola tem um papel fundamental na transmissão e na preservação das tradições locais; na manipulação das ervas medicinais, no artesanato, na agricultura, na culinária e nas festas. São as mulheres quilombolas que desempenham um papel central, estabelecendo vínculos de solidariedade e transmitindo experiências (DEALDINA, 2021, p. 37).

Como guardiãs da memória cultural e dos saberes ancestrais, as mulheres negras nos quilombos emergiram como as principais responsáveis pela preservação e transmissão da herança africana. Através da oralidade, mantiveram vivos os mitos fundadores, as línguas, os provérbios, os cantos e as narrativas históricas que conectaram as novas gerações às suas origens transatlânticas. Esta transmissão não constituiu um ato meramente conservador, mas uma resignificação ativa dos saberes diante das novas realidades americanas. Os ritos de passagem, as cerimônias e as celebrações, frequentemente lideradas por mulheres mais velhas, funcionaram como espaços educativos informais onde valores comunitários, códigos de conduta e a própria noção de pertencimento foram incutidos. Conforme afirmou Farias (2021), a memória tornou-se um território de resistência, e as mulheres, suas geógrafas, tecendo uma rede de significados que sustentou a identidade do grupo.

Paralelamente, atuaram como estrategistas da economia de subsistência e da cura, funções vitais para a autonomia dos quilombos. Seu domínio sobre técnicas agrícolas africanas permitiu a adaptação de cultivos ao solo brasileiro, garantindo a segurança alimentar da comunidade. Para além da agricultura, o conhecimento sobre as propriedades medicinais das plantas- a fitoterapia- foi um domínio predominantemente



feminino. Estas "curandeiras" ou "raizeiras" trataram de enfermidades, cuidaram dos feridos e realizaram partos, constituindo um sistema de saúde autônomo. Este saber, conforme analisou Sodré (2017), esteve profundamente ligado a uma cosmovisão que compreendeu a natureza como um organismo vivo e sagrado, demonstrando como o conhecimento prático foi indissociável de uma formação filosófica e espiritual, que também foi transmitida.

Na esfera social e política, as mulheres quilombolas revelavam-se articuladoras essenciais. Contrariando a narrativa de uma organização social exclusivamente patriarcal e militar, as evidências apontaram para sua participação ativa na mediação de conflitos internos e em conselhos decisórios. A própria estrutura familiar nos quilombos, frequentemente organizada em torno de arranjos matrifocais ou comunitários desafiou o modelo patriarcal branco. Segundo, Gonzalez:

A organização social quilombola, longe de reproduzir mecanicamente o patriarcado escravocrata, desenvolveu formas próprias de gestão comunitária onde as mulheres atuavam como peças centrais. Sua atuação nos processos decisórios e na mediação de conflitos revela uma rearticulação criativa das tradições africanas, constituindo um verdadeiro contrapoder ao modelo familiar burguês europeu (GONZALEZ, 2018, p. 97).

A educação das crianças foi uma responsabilidade coletiva, na qual as mulheres tiveram um papel preponderante, ensinando não apenas os afazeres cotidianos, mas também estratégias de defesa, a geografia local e os códigos de comunicação secreta, fundamentais para a segurança do grupo. Gomes (2015) corroborou essa visão ao documentar a influência e, em alguns casos, a liderança direta de mulheres na vida política quilombola.

A síntese dessas funções – de guardiãs, estrategistas e articuladoras – configurou o que se pode denominar de uma "pedagogia da resistência". Esta não se baseou em livros ou escolas formais, mas nas relações cotidianas, no exemplo e na experiência partilhada. A educação, neste contexto, foi um ato político intencionalmente voltado para a autonomia e a liberdade. Como propôs hooks (2023),

A educação como prática da liberdade não se limita às salas de aula formais, mas acontece nos espaços cotidianos de resistência, onde o ato de ensinar se torna um gesto político de libertação. É nas relações comunitárias, na transmissão oral dos saberes ancestrais e no exemplo vivo da luta coletiva que se forja uma pedagogia capaz de desafiar as estruturas opressivas (HOOKS, 2023, p. 45).



As mulheres quilombolas, ao ensinarem uma criança a identificar uma planta medicinal, a contar uma história de seus ancestrais ou a tecer um panô com padrões africanos, estavam, na verdade, praticando uma pedagogia que inscreveu no corpo e na mente dos mais jovens a possibilidade concreta de uma vida fora dos grilhões da escravidão. Elas foram, portanto, agentes formadoras do pensamento, forjando uma consciência coletiva alicerçada na resistência cultural, na valorização da ancestralidade e na busca incessante por autonomia.

A partir desse contexto, reconhecer que as “mãos” das mulheres foram ao mesmo tempo mãos que plantaram, que curaram, que acalentaram e que moldaram o pensamento, mostrou-se essencial para uma compreensão mais fiel e justa da história. Pois, a discussão central que emergiu desses resultados confrontou diretamente o apagamento historiográfico. A marginalização da atuação das mulheres negras não foi um acidente, mas uma operação política que visou negar a agência e a complexidade social dos quilombos. Ao reduzir a resistência à figura do guerreiro homem, a historiografia tradicional perpetuou a invisibilidade do trabalho intelectual, cultural e social realizado pelas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados desta investigação permitiram concluir que as mulheres quilombolas foram, de fato, pilares fundamentais na construção das comunidades de liberdade no Brasil colonial. Longe de figurantes ou coadjuvantes, elas emergiram como sujeitos históricos plenos, cujas ações multifacetadas foram determinantes para a sustentação física, cultural e política dos quilombos. A hipótese inicial que orientou este trabalho - a de que as mulheres desempenharam papéis essenciais na estruturação da vida cotidiana dos quilombos, contribuindo para a construção de um pensamento coletivo voltado à resistência e à autonomia - confirmou-se plenamente por meio da análise da realidade.

A atuação dessas mulheres manifestou-se numa tríplice dimensão indissociável: como guardiãs da memória cultural, como estrategista da economia e da cura, e como articuladoras da estrutura social. Por meio da oralidade, dos rituais e das práticas cotidianas, elas asseguraram a transmissão dos saberes ancestrais, mantendo viva a chama da identidade africana em solo brasileiro. Seus conhecimentos agrícolas e medicinais garantiram a subsistência e a saúde das comunidades, enquanto sua



participação na esfera política desafiou as estruturas patriarcais vigentes, conformando um modelo alternativo de organização social.

O legado significativo das mulheres negras quilombolas, contudo, residiu na construção de uma verdadeira pedagogia da resistência. Através do exemplo, da transmissão oral e das práticas culturais, elas formaram gerações inteiras no ideário da liberdade e da autonomia. Esta educação informal, porém profundamente eficaz, moldou um pensamento coletivo capaz de desafiar o sistema escravocrata e construir alternativas viáveis de existência. Como bem sintetizou hooks (2023), a educação como prática da liberdade só foi possível quando se transgrediram as normas opressivas, e foi exatamente isto que essas mulheres fizeram ao transformar cada gesto, cada cantiga, cada conhecimento tradicional num ato de resistência política.

Portanto, este estudo reafirmou que as mulheres quilombolas do período colonial foram muito mais do que resistentes- foram construtoras ativas de um projeto civilizatório alternativo, fundado na liberdade, na comunidade e na preservação da dignidade humana. Suas mãos, referenciadas no título, foram de fato instrumentos de criação e transformação, que não apenas preservaram a cultura africana, mas a reinventaram em novas bases, contribuindo decisivamente para a formação do pensamento social brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ARRAES, J. **As lendas de Dandara**. Porto Alegre: Livro Editora Livre, 2017.
- BLOCH, M.; FEBVRE, L. **A Escola dos Annales: 1929-1989**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.
- COSTA, M. V. Pesquisa-ação, pesquisa participativa e política cultural da identidade. In: COSTA, M. V. (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 91-115.
- DEALDINA, M. S. **Mulheres quilombolas: trajetórias de vida, lutas e resistências**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.
- EVARISTO, C. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.



FARIAS, J. B. **Africanias e educações: mulheres negras e saberes ancestrais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

GODOY, G. A. V. de. **Princípios educativos para mulheres dos séculos XVIII e XIX: Contribuições da Marquesa de Alorna**. 2018. 150 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos. **Ciências Sociais hoje**, Brasília, ANPOCS, 1984.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, K. G. Escravidão, escravizadas e a família escrava: mulher negra na formação da família escrava. In: **XIV ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH/MS**, 2018, Dourados-MS. Anais do XIV Encontro da Anpuh-MS, 2018.

SODRÉ, M. **Pensar nagô: para uma teoria do mito**. Petrópolis: Vozes, 2017.